



CÂMARA MUNICIPAL DE GALILÉIA

Estado de Minas Gerais

PROPOSTA EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N.º.: __ DE 20 DE
NOVEMBRO DE 2009.

PUBLICADO NO JOALHO DE AVISO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE GALILÉIA
DE ____/____/____ a ____/____/____

Assinatura: *[Assinatura]*

Aprovado em 1ª discussão
por 09 VOTOS

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO AO ART. 97
DA L.O.M..

15/12/09
[Assinatura]
PRESIDENTE

LIDO NA REUNIÃO
DE 15/12/09
[Assinatura]
CÂMARA MUNICIPAL DE GALILÉIA

Art. 1º - Fica o art. 97 da Lei Orgânica Municipal com seguinte redação:

“Art. 97º A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) doação em pagamento;
- b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;
- c) permuta, por outro imóvel, que atenda aos requisitos constantes do inciso X do artigo 24, da Lei de Licitações;
- d) investidura;
- e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;
- f) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da Administração Pública especificamente criados para esse fim.
- g) quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:
 - a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

Aprovado em 1ª discussão
por 09 VOTOS

15/12/09
[Assinatura]
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE GALILÉIA

Estado de Minas Gerais

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

§ 1º. Os imóveis doados com base na alínea b do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

§ 2º. A Administração poderá conceder direito real de uso de bens imóveis, dispensada licitação, quando o uso se destina a outro órgão ou entidade da Administração Pública.

§ 3º. Entende-se por investidura, para os fins desta Lei:

I - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea a do inciso II do artigo 23 da Lei de Licitações.

§ 4º. A doação com encargos será licitada e de seu instrumento constarão obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado.

§ 5º. Na hipótese do parágrafo anterior, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do doador.

§ 6º. Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no artigo 23, inciso II, alínea b, da Lei de Licitações, a Administração poderá permitir o leilão".

§ 7º. A avaliação para alienação será efetuada com base nas benfeitorias proporcionadas pelo poder público no setor onde fica o imóvel.

§ 8º. Fica criado os setores para efeito de avaliação, delimitando-os de acordo com as benfeitorias, estabelecendo em cada setor o valor por metro quadrado embasado nas melhorias



CÂMARA MUNICIPAL DE GALILÉIA

Estado de Minas Gerais

efetivadas, sendo os valores escalonados por setor, tanto na cidade quanto nos distritos e povoados conforme quadro de avaliação em anexo.

Justificação

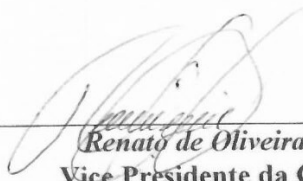
Para atender a necessidade e urgência de regularização do art. 97 da Lei Orgânica Municipal.

Câmara Municipal de Galileia, 20 de novembro de 2009.

Vereadora Gilsângela Luz de Mello
Relatora CPLJRF

De acordo:

Vereador Alexandre Machado Torres
Presidente da CPLJRF



Renato de Oliveira Costa
Vice-Presidente da CPLJRF

